

Principais ações da Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig)

1. Mapeamento da população imigrante de São Paulo

Para formular e implementar políticas para a população imigrante é necessário conhecê-la. Nesse sentido, a Coordenação preparou mapeamentos, em parceria com o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI/USP) e com a colaboração da sociedade, contemplando diversos aspectos da realidade imigrante na cidade de São Paulo:

- **Diagnóstico do atendimento à população migrante na cidade** – Para avaliar como é feito o atendimento a imigrantes e pessoas em situação de refúgio, quais são as dificuldades e sugestões de melhoria.
- **Acesso da população imigrante aos serviços municipais de São Paulo** – Para subsidiar as políticas públicas.
- **Grupos de imigrantes ou ligados à temática migratória** – Para articular de forma mais efetiva o poder público e os grupos existentes.
- **Feiras de imigrantes na cidade de São Paulo** – Para promover a diversidade, por meio da divulgação das diferentes culturas.
- **Cursos de português para imigrantes e refugiados** – Para que as pessoas interessadas em aprender o idioma local saibam onde fazer.
- **Portal Cosmópolis** (www.cosmopolis.iri.usp.br) – Para reunir estudos contemporâneos sobre as migrações internacionais, especialmente em São Paulo.

2. Campanha de conscientização e prevenção à xenofobia: “São Paulo tem lugar para todos e para todas. Menos para a intolerância”

Divulgada por meio de folders, banners nos pontos de ônibus, nas redes sociais e nas redes de televisão do transporte público (ônibus e metrô), com o mote “São Paulo respeita migrantes e imigrantes”



3. Curso de português para imigrantes

O domínio da língua portuguesa é fundamental para a autonomia dos imigrantes e sua inserção na sociedade local. Entre 2014 e 2016, foram oferecidas **mais de 500 vagas em cursos de português** de nível básico à população imigrante, em parceria com programas do governo federal e outras instituições.

4. Capacitação e sensibilização no atendimento a imigrantes

As oficinas de capacitação e sensibilização de servidores públicos buscam garantir atendimento humanizado e acesso a direitos fundamentais a imigrantes, refugiados, solicitantes de refúgio, estudantes estrangeiros, portadores de vistos humanitários e suas famílias. Em 2014, 2015 e 2016, **1.071 servidores da Saúde, Assistência Social, Educação e da Guarda Civil Metropolitana** foram formados.

5. Regularização das feiras culturais de imigrantes

As feiras gastronômicas e culturais organizadas pelas comunidades imigrantes são um importante espaço de lazer, promoção de suas tradições e integração com a comunidade local, além de serem uma alternativa de renda para os feirantes. Há diversas feiras espalhadas pela cidade e a CPMig intermediou a regularização junto às subprefeituras após demanda dos feirantes.

6. Promoção da regularização migratória e do trabalho decente

Em parceria com os Centros de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE), da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, a CPMig e o CRAI realizam ações para promover a empregabilidade de trabalhadores imigrantes no município. Entre elas, a organização de mutirões de emprego, a promoção da regularização migratória e do acesso ao Sistema Nacional de Emprego (SINE), a sensibilização das empresas.

7. Promoção da inserção da população imigrante no sistema bancário

Uma das primeiras ações da CPMig foi promover a inserção da população imigrante no sistema bancário oficial uma vez que inúmeras dificuldades são enfrentadas ao tentar acessá-lo. Em 2013 foi firmado o primeiro acordo de cooperação, com a Caixa Econômica Federal, para facilitar a abertura de contas e estimular imigrantes a aderirem ao sistema bancário. Em 2014, foi firmado um acordo com o Banco do Brasil. Com a flexibilização da documentação exigida, estima-se que milhares de contas tenham sido criadas desde então.

8. Valorização das festividades e da cultura das comunidades imigrantes

A garantia de direitos para a população imigrante e o combate à xenofobia e ao racismo partem também do respeito e da valorização das dimensões culturais dos processos migratórios. Por isso, é fundamental estimular a participação imigrante em projetos culturais e tornar os editais acessíveis, ampliando para essa população os programas de incentivos já existentes. Todo ano a CPMig apoia festividades de diversas comunidades de imigrantes.

9. Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI-SP)

O CRAI-SP foi criado em 2014 para ser um equipamento público municipal de referência na atenção especializada à população imigrante da cidade de São Paulo, o primeiro desta natureza no Brasil. O centro dispõe de atendimento feito por imigrantes, em pelo menos sete idiomas, oferece orientação para regularização migratória, assessoria jurídica e socioassistencial, assim como encaminhamento para cursos de português e intermediação para o trabalho, em parceria com o CATE. A equipe também acolhe e atende vítimas de violações de direitos humanos, em especial de trabalho análogo à escravidão.

NO CRAI, foram realizados **5.412** atendimentos, em **português, inglês, espanhol, francês, árabe, lingala e quéchua**

299 servidores públicos foram formados para lidar com as especificidades dessa população

158 alunos foram matriculados nos cursos de português articulados pelo CRAI

10. Centros de Acolhida

Foram criados quatro centros de acolhida especializados em atender pessoas migrantes, os primeiros do país. Ao todo, são **540 vagas da rede assistencial**

exclusivas para imigrantes, sendo a maioria dos atendidos composta por solicitantes de refúgio recém-chegados. Em 2014, por conta do fluxo de haitianos, funcionou um abrigo emergencial para imigrantes, que registrou **2.349 migrantes**, de **20 nacionalidades** diferentes, em seus 110 dias de funcionamento.

11. Conferência Municipal e participação social

A inclusão da população migrante na vida política da cidade é essencial para sua integração na sociedade, ainda que a legislação brasileira imponha vedações ao direito de votar. Por isso, procurou-se promover diálogos entre o poder público e a população migrante de forma direta:

- **Diálogos abertos** – Os #DIALOGOSP/MIGRANTES foram encontros periódicos para construir coletivamente uma política pública permanente, sólida e aberta à participação social. Contaram com a presença de movimentos sociais, coletivos e comunidades imigrantes, refugiados e brasileiros, além de representantes do poder público, totalizando cerca de 900 pessoas.
- **1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes – Somos Tod@s Migrantes** (São Paulo, 2013) – De caráter consultivo, a conferência registrou as prioridades da política pública municipal para imigrantes. Foi a primeira etapa do processo de construção da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR).

Participaram **695 pessoas** de **28 nacionalidades** diferentes; **463 propostas** foram elaboradas, das quais **57** foram selecionadas como **prioritárias** em assembleia.

- **Eleição dos Conselheiros Extraordinários do Conselho Participativo Municipal** – Cabe aos conselheiros exercer o controle social no planejamento, fiscalizar as ações e os gastos públicos nas regiões e sugerir ações e políticas públicas. As cadeiras extraordinárias para imigrantes foram ampliadas para todas as 32 subprefeituras da cidade em 2015.

12. Política Municipal para a população imigrante

Para consolidar e ampliar o conjunto de políticas públicas pioneiras que vêm sendo implementadas na cidade de São Paulo, a CPMig coordenou a elaboração da primeira Política Municipal para a População Imigrante do Brasil, sancionada pela Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016.

O texto inicial foi elaborado por um comitê, com representantes de 13 secretarias municipais e 13 organizações da sociedade civil, que trabalhou a partir dos subsídios levantados em audiência pública. Após elaborar uma primeira proposta, ela foi submetida à consulta pública. Todo o processo teve a consultoria técnica da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Conselho Nacional de Imigração (CNIg/MTb).

Essa lei inovadora prima pelo respeito aos direitos humanos das pessoas migrantes residentes na cidade, independentemente de sua situação migratória, promove o respeito à diversidade e à interculturalidade, e cria novas formas de participação social, como o Conselho Municipal de Imigrantes. Além disso, formaliza algumas políticas governamentais relevantes, como a manutenção dos Centros de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), a promoção do trabalho decente e a formação de agentes públicos para qualificar o atendimento oferecido a essa população. Ainda garante aos imigrantes o acesso à saúde, à educação, às políticas habitacionais, entre outros aspectos.

“Essa lei é importante porque ajuda os imigrantes a ter acesso de verdade à cidade, a uma cidadania plena”, Jobana Moya, imigrante boliviana e ativista da Equipe de Base Warmis – Convergência das Culturas, coletivo que integra a Frente de Mulheres Imigrantes e a Frente Independente de Refugiados e Imigrantes (FIRI).

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA MIGRANTES DA CIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo foi historicamente construída por migrantes de diversas origens e, na última década, a cidade tem visto os fluxos internacionais se diversificarem e voltarem a crescer. Reconhecendo os imigrantes como sujeitos de direitos, foi criada a Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig), no contexto da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), em 27 de maio de 2013 (Lei Municipal nº 15.764). Seu objetivo é articular uma política municipal para imigrantes de forma transversal, intersetorial e participativa, uma proposta pioneira na cidade e no país.

Na contramão da anacrônica legislação migratória brasileira, a CPMig orienta suas políticas pelo viés dos direitos humanos, e não da segurança nacional ou da proteção do mercado de trabalho. Além disso, foi o primeiro órgão público municipal especificamente criado para tratar da questão migratória no Brasil.

Ao longo de sua atuação, a CPMig/SMDHC, juntamente com outras secretarias municipais, promoveu ações de inclusão social, econômica e política direcionadas aos imigrantes que vivem em São Paulo.

Em termos gerais, foram implementados cinco importantes programas/ações estruturantes que podem ser considerados como o principal legado desta gestão no que se refere às migrações: (1) a criação do Centro de Referência e Atendimento a Imigrantes (CRAI); (2) a criação de quatro Centros de Acolhida especializados no atendimento a imigrantes; (3) a sanção da Lei Municipal nº 16.478/2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante; (4) a criação, dentro dessa lei, do Conselho Municipal de Imigrantes; e, por fim, (5) a própria consolidação da Coordenação de Políticas para Migrantes.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA



Organização
Internacional
do Trabalho

**COORDENAÇÃO DE
POLÍTICAS PARA
MIGRANTES
DA CIDADE DE
SÃO PAULO**

